

42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

Colóquio 07- Marx, mudança social e ciências sociais a 200 anos de seu nascimento

**Marx meridional:
contribuições teórico-metodológicas para o sul global 200 anos depois¹**

Jórisa Danilla Aguiar²

CAXAMBU

2018

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES, através do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES/UFRN).

² Pós-doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN). Doutora em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG). Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN/Natal). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas PRÁXIS: Estado e Luta de Classes na América Latina (UFCG/CNPq). E-mail: jdanillaaguiar@hotmail.com.

O marxismo que todos falam, mas que muito poucos conhecem e, sobretudo, compreendem, é um meio fundamentalmente dialético. Isto é, um método que se apoia integralmente na realidade dos fatos. Não é como alguns erroneamente supõem um corpo de princípios sem consequências rígidas, iguais para todos os climas históricos e todas as latitudes sociais. Marx extraiu seu método da entranha mesmo da história. O marxismo em cada país, em cada povo, opera e aciona sobre o ambiente, sobre o meio, sem descuidar de nenhuma de suas modalidades.

José Carlos Mariátegui, “Mensaje al Congreso Obrero”, 1927

Introdução

O ano de 2018 é marcado por diversas efemérides que se destacam no campo da práxis intelectual revolucionária. Se mundialmente homenageamos os 200 anos de nascimento de Karl Marx, um dos maiores pensadores que contribuiu decisivamente com o desenvolvimento das Ciências Sociais, destacamos também os 170 anos de publicação do *Manifesto Comunista*, produzido em parceria com Friedrich Engels, um grande chamado para a transformação do mundo dos últimos dois séculos. Temos ainda os 50 anos do Maio de 1968, quando trabalhadores e estudantes desafiaram o poder, abrindo caminhos para uma época de ascensões obreiros-estudantis, como a primavera de Praga, do mesmo ano, assinalando um período de contestação ao regime stalinista e a demanda da população por novas elaborações de mecanismos de democracia direta.

Enquanto que na América Latina celebra-se o centenário da Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina, importante fato político protagonizado pela juventude universitária, onde avançou-se politicamente em debates e atuação sobre autonomia, co-governo e democratização das universidades; assim como os 90 anos de publicação da obra *Sete ensaios de interpretação da*

realidade peruana, do peruano José Carlos Mariátegui, primeira obra de análise de uma formação econômico-social latino-americana.

Partindo desse balanço histórico-político da herança do pensamento marxista e seus reflexos na luta de classes, defendemos a hipótese indicada por Michael Löwy – em uma recente entrevista a Ricardo Machado sobre os 200 anos do revolucionário de Trier – quando afirma que “o marxismo só tem sentido como um pensamento aberto, em constante evolução, buscando dar conta dos novos problemas e das novas perspectivas para a revolução” (LÖWY, apud Machado, 2018, p. 33). Na esteira dessa reflexão, trazemos como objetivo geral a tese de que a validade teórico-metodológica do legado de Marx se demonstra pela própria capacidade de atualização do capital, assim como pela competência de demonstrar as condições para a transformação social em situações novas, distintas, também em as sociedades de capitalismo dependente, como no sul global.

Debruçar-se sobre seu legado teórico e trazê-lo para o debate contemporâneo é relevante por cumprir a tarefa de estimular reações da atividade intelectual de caráter emancipatório, sem negligenciar a perspectiva da universalidade marxista contra as ofensivas sofridas desde o fim do século XIX – que podem vir também de correntes não necessariamente alinhadas a posturas reacionárias ortodoxas – também no exame da renovação crítica das Ciências Sociais.

Assim, faz-se necessário esclarecer que quando se postula novas perspectivas revolucionárias, não é intenção tratar ou elaborar algum tipo de revisionismo ou determinismo epistemológico que termina circunscrevendo todo pensamento marxista como adequado apenas ao seu “lugar de origem”. Trata-se de um esforço metodológico histórico-dialético em estabelecer uma relação entre os processos reais e os instrumentos conceituais expostos em algumas das principais obras de Marx e que se inserem na intervenção na luta de classes do proletariado mundial. Portanto, só faz sentido pensar com Marx se pontuarmos, também, outras lutas em outros espaços-tempo.

Como exemplo, podemos pensar as novas relações na América Latina no campo das ciências sociais, que apresentam um desafio extraordinário, porque os problemas que confrontamos em termos de desigualdades existentes no

mundo que aprofundam e evidenciam o desmantelamento da reprodução humana em favor de uma lógica de acumulação de capital, nos obrigam a responder teoricamente a partir da nossa realidade sobre as necessidades de rupturas fundamentais com um sistema que se faz presente não apenas no terreno da economia, ou num terreno cultural distante, mas que também se evidencia no tipo de conhecimento que produzimos ou que nos amparamos. Seguindo esta reflexão, se faz oportuno, aos 200 anos do nascimento de Marx, revisitar seu legado teórico e político, destacando a validade de seu pensamento para a contemporaneidade, as lutas políticas e a busca por emancipação social.

As particularidades das diversas formações econômico-sociais

Karl Marx e Friedrich Engels estudam toda a sucessão histórica dos modos de produção, enfatizando ainda a estreita ligação entre a ascensão da classe burguesa e o colonialismo (Tible, 2014). Discutiam a política de saque das metrópoles do capital sobre países periféricos, desde 1850 escreviam no *New York Daily Tribune* diversas análises da política internacional, tanto de países europeus como de países coloniais, sendo a China mais destacada como objeto de estudo. Vladimir Lênin, por sua vez, discutia as rebeliões camponesas e pensava estrategicamente as particularidades nacionais para se alcançar a revolução socialista. Ao pensar a situação da Rússia, indicava como necessária a ampliação da frente proletária, visto que sem o apoio dos camponeses não haveria revolução possível num país com grandes porções de trabalhadores camponeses submetidos à situação de semi-servidão. Incluiu no seu programa político reivindicações que contemplavam outras categorias de trabalhadores, conquistando, desta forma, o apoio das classes aliadas.

Se o sistema colonial e o desenvolvimento desigual foram simultâneos ao capitalismo, esse pressuposto não passou despercebido pela teoria marxista revolucionária que busca não só o entendimento das relações econômico-sociais capitalistas, mas sua superação. A afirmação de que Marx e Engels reproduziam o eurocentrismo em suas teorias e preocupações, pesquisas e escritos nos parece distorcida se for seguida a trajetória dos fundadores do materialismo histórico ao longo do desenvolvimento teórico e atividade política.

Se pegarmos o *Manifesto do partido comunista*, obra conjunta dos dois autores fundadores do materialismo histórico, vemos, por exemplo, um importante alerta que nos mostra que as formações econômico-sociais não são estruturas estanques, e que cada uma, distinta em sua composição, conterà em seu interior condições objetivas de construção de uma nova estrutura econômica e social. Indicam, no prefácio à edição russa do ainda em 1882, tanto a pluralidade, quanto a heterogeneidade dos possíveis modos de produção no interior de uma totalidade historicamente determinada. No *Manifesto Comunista* fica claro que os autores não propunham a possibilidade do socialismo em um só país, onde as forças produtivas estivessem desenvolvidas em seu potencial máximo, e sim, uma propagação de processos revolucionários contra a reação imperialista. Os autores, no referido prefácio, indicam esse propósito:

O Manifesto Comunista tinha como tarefa a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que, ao lado do florescimento acelerado da velhacaria capitalista e da propriedade burguesa, que começa a desenvolver-se, mais da metade das terras é possuída em comum pelos camponeses. O problema agora é: poderia a obshchina [comunidade rural] russa – forma já muito deteriorada da antiga posse em comum da terra – transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente? Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma revolução comunista (MARX; ENGELS, 2010, p. 73).

Nesse sentido, os esforços de investigação de Marx e Engels resultavam como determinante entender o funcionamento real da acumulação capitalista, como forma de enfrenta-la, postulando uma nova economia política em se atendesse aos interesses da classe operária, mas, sempre tiveram como norte o esclarecimento do funcionamento histórico das sociedades. Ou seja, seu funcionamento real, concreto e distinto, visto que os autores não entendiam que o capitalismo poderia se desenvolver igualmente em todo o mundo.

Desta forma, aparece em Marx um importante conceito que serve para analisar essas diferenças de espaço-tempo capitalista, que é o conceito de modo de produção. Cabe lembrar que esse último conceito é distinto de formação econômico-social, visto que o modo de produção nos aparece como um conceito teórico, porém, denominado abstrato real, pois faz referência ao capitalismo em termos puros. Para o marxismo, a base de qualquer formação econômico-social é o modo de produção, que, por sua vez, “condiciona em geral o processo da vida social, política e intelectual”, assim o modo de produção ganha formas determinadas, concretas e históricas em cada sociedade (MARX, 2003, p. 47). É um conceito perpassado por uma diversidade terminológica, principalmente nos momentos em que o próprio Marx o utilizou em suas obras ou a partir do termo “formação social”; “formação da sociedade”; “formas econômicas da sociedade”, assinalando as diferentes relações de produção que se articulam sob a hegemonia de uma dessas, qual seja, a forma em que o modo de produção capitalista atua em cada conjuntura nacional/local específica.

O conceito de formação econômico-social diz respeito às diferentes relações de produção, e, na América Latina onde a economia capitalista atua junto à formas de produção pré-capitalistas com setores mais desenvolvidos, se expressando no desenvolvimento desigual e combinado. Nas palavras de Marx:

pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas (MARX, 2003, p. 80).

Ao analisar a dinâmica das formas pré-capitalistas, enquanto condição previa para o surgimento do capitalismo na Europa, Marx escreve de 1857 a 1858 em *Formações Econômicas Pré Capitalistas*³, que a periodização histórica sobre a evolução de maneira geral da humanidade exerce papel importante no sentido de completar as formulações já presentes em obras precedentes, mas também enquanto fornecedora de elementos que ampliam a compreensão do conceito de formação econômico-social. Na introdução de Eric Hobsbawm da referida obra, o historiador marxista ressalta que “As FORMEN tentam formular

³ O texto citado permaneceu inédito para o mundo ocidental até o início da década de 1950.

o conteúdo da história na sua forma mais geral. Este conteúdo é o progresso.” (MARX, 2011. p. 15).

Lênin, ao definir a necessidade do marxismo se pautar em “análise concreta de situações concretas”⁴, também contribuiu com o entendimento do conceito de formação econômico-social, tomando-o enquanto método, e que consiste em, a partir da compreensão das situações concretas, evidenciar as contradições ocultas, com vistas à transformação da realidade em análise. Articula a sua investigação sobre o material (econômico) com o método dialético para a compreensão da realidade concreta russa, assim como pretendemos inferir sobre a América Latina. Só faz sentido pensar com Marx se buscarmos desvendar os estágios de desenvolvimento e da evolução social, desde as formas sociais pré-capitalistas, chegando, assim, a apreensão de situações concretas.

O marxismo e a não-exclusividade de classe operária na luta política

Nosso objetivo metodológico se estabelece em enfrentar a realidade da forma com que ela é pensada. Contudo, o marxismo não é uma corrente homogênea e, fora de um determinismo rígido, nos parece fundamental postular como a tradição política que inspirou vários trabalhos de cunho marxiano responde aos problemas que estão fora do contexto europeu, porém, inseridos na realidade mundial. Como os marxistas que vieram depois de Marx e Engels abordaram, por exemplo, as questões políticas reais colocadas pelo domínio colonial da Europa e América do Norte da Ásia, África e América Latina⁵? Toda

⁴ É na revista *Kommunismus* (uma revista teórica do comunismo internacional), p. 260, que, ao tecer crítica ao marxista húngaro Béla Kun - o fundador do Partido Comunista da Hungria (1918), que tinha fundado também em novembro de 1918 a publicação *Vörös Ujság* (“Notícias Roxa”), onde de maneira ácida criticava o governo de Mihály Károlyi (que havia aprovado a reforma agrária no país para acalmar os levantes populares) - que Lênin afirma, opondo-se à posição ultra esquerdista do mesmo, que: “Ignora o que é a própria essência, a alma viva do marxismo: a análise concreta da situação concreta”.

⁵ Sobre o tema, é importante ressaltar os trabalhos de José Martí, José Carlos Mariátegui, Julio Mella, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, sobre as particularidades da revolução latino-americana, Franz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi, sobre marxismo e lutas anti-coloniais, assim como Ranajit Guha, Aijaz Ahmad, sobre o contexto da sociedade indiana e o enfrentamento à divisão de classes e organização de resistência, entre outros autores que, fora

a tradição marxista permaneceu fechada à exclusividade da classe operária como único sujeito revolucionário? O que a teoria marxista nos indica como possibilidades de avanço de luta revolucionária através da organização dos grupos subalternos?

Nos escritos sobre a questão meridional, por exemplo, dois meses antes de Gramsci ser encarcerado, elabora um importante legado sobre as primeiras ideias do que viria a ser a aliança de classe, de inspiração leninista, assim como os esboços sobre a questão dos intelectuais e a função que os mesmos desempenhariam na luta de classes, que aparecem com destaque e simbolizam todo o esforço teórico e influências que o intelectual italiano tomava, de forma mais ou menos crítica (GRAMSCI, 1987). A diversidade nacional também ganha fôlego nesse seu momento de desenvolvimento teórico, o perfil do campesinato como uma força motriz revolucionária, fosse na Rússia ou Itália.

Ainda sobre as contribuições de Gramsci, o autor, ao voltar atenção ao estudo e caracterização dos grupos subalternos do Sul “a bola de chumbo que impedia o desenvolvimento do Norte”, conclui, de acordo com Cláudio Reis que:

(...) os grupos subalternos do Sul eram pouco ou nada conhecidos pelos operários do Norte. E o seu trabalho atendia justamente a essa necessidade de difundir entre os trabalhadores do Norte, um conhecimento sobre o camponês fundamentalmente histórico e concreto. Como Gramsci não tinha a pretensão de produzir erudição, mas teoria revolucionária, o seu alvo eram as concepções racistas, criadas pela sociologia predominante da época, sobre subalterno do Sul. Vistos como biologicamente inferiores quando comparado ao “nortista”, os camponeses eram responsabilizados pelo atraso econômico e miséria em que viviam. Eles, por serem preguiçosos, eram os únicos responsáveis pela sua precariedade social. (REIS, 2013, p. 34)

A necessária aliança entre os subalternos das duas regiões, sejam os operários do norte desenvolvido e os camponeses do Sul, possui um nexo orgânico com o conceito de hegemonia gramsciano. Porém, ao proletariado era delegada as tarefas não resolvidas pela burguesia, em sociedade de desenvolvimento desigual, o que é diferente do etapismo. A palavra de ordem seria estabelecer aliança e governo operário-camponês, como uma forma mais

de um determinismo que limita todo um pensamento ao seu lugar de origem e que incorporam os preceitos marxistas para análise e transformação de sua(s) realidade(s).

comum e mais conhecida de ditadura do proletariado. Ao referir-se aos subalternos, Gramsci estaria ampliando “seu raio de visão, perscrutando, a partir da questão meridional italiana, uma questão meridional planetária, composta por imensa e diversificada zona colonial” buscando avançar na formação de uma frente única de classes, sob direção proletária, levando em consideração as especificidades nacionais (DEL ROIO, 2007, p. 77).

Não podemos pensar, pois, o marxismo hoje sem debruçarmo-nos sobre os problemas presentes e que nos tocam de maneira profunda, qual seja, enfretamento ao caráter (neo)colonial das estruturas de poder no capitalismo contemporâneo, fruto de um desenvolvimento capitalista desigual e combinado que delega a determinados espaços do globo uma função. Interessa-nos, sobretudo, validar o legado de Marx para uma análise das formas concretas contemporâneas de existência do capital em seu processo de reprodução também no sul global. A força do seu pensamento, para o século em que vivemos, não trata de repetir Marx, tampouco distorcer seu pensamento a um economicismo reprodutivista que tem somente a sociedade europeia como horizonte de época. Trata-se de refletir como Marx, objetivando, com essa reflexão, a transformação para uma revolução social pensando a partir da iniciativa de organização de uma diversidade de grupos e classes subalternas.

Vemos, por exemplo, nas cartas de Vera Zasulich, que existia a precedência no próprio Marx de que seria preciso, no caso da Rússia, partir da resistência camponesa, da necessidade do controle da terra no campo, um dos importantes passos de uma situação revolucionária (MARX e ENGELS, 2013). Marx condiciona essa iniciativa de controle dos camponeses ao fato de que essa revolução que parta do campo receba o apoio da expansão da revolução socialista mundial que se anuncia na Rússia. O que não implicaria, contudo, a necessidade de passar pelo máximo desenvolvimento do capitalismo para saltar em direção a uma outra sociedade.

Ou seja, é um debate que se deu também na Rússia: como articular os interesses do camponês com o proletariado revolucionário, em última instância, como articular a luta do sujeito histórico revolucionário com outros setores subalternizados a depender da análise e particularidade nacional. Essa é uma das teorizações importantes que aparecem no Lênin ao trabalhar em termos de

estratégia com o contexto histórico de fins do século XX, faz referência à categoria da hegemonia envolvendo o seguinte pressuposto: as classes populares mais organizadas politicamente, o proletariado revolucionário precisa conquistar para sua causa o apoio de classe aliadas, classes aliadas que fazem parte de todo um estrato médio pauperizado das cidades e dos camponeses (LÊNIN, [1899], 1982). Na Rússia, os camponeses eram parte significativa da massa populacional subalterna dominante, se pensados em termos nacionais. Ao afirmarmos, em termos marxistas, que os trabalhadores são os sujeitos revolucionários, não significa dizer que eles sejam maioria na revolução.

Ao tratar das especificidades nacionais, Lênin é de fato o primeiro marxista a pontuar a necessidade de enfrentamento de temas sobre a nação e nacionalismo pela perspectiva revolucionária, defendia que se distinguisse o nacionalismo da nação oprimida e da nação opressora. A perspectiva internacionalista, portanto, não deveria simplesmente apagar a desigualdade formal entre as nações, sob o pretexto de criar uma verdadeira solidariedade entre os povos. Pelo contrário, trata-se de conseguir o apoio de classes e/ou setores dominados que se aproximem da classe revolucionária, como os camponeses. A circunstância em comum seria o fato de estarem todos sob o jugo do capital imperialista e também de ter a sua sobrevivência a depender e de ter a exploração da sua mão de obra determinada pelo capital. É preciso ganhar apoio dessas classes, conseguir esse apoio, a forma de se fazer isso é promover hegemonia em termos leninistas. A hegemonia é sempre a hegemonia de uma classe, trata-se de desenvolver a hegemonia do proletariado revolucionária, por meio da assimilação do programa político dessas classes aliadas ao seu programa, ao programa revolucionário. Por isso, para exemplificar de forma mais clara, a palavra de ordem da Revolução Russa passou a ser pão, paz e terra. A luta pela terra contemplaria no programa revolucionário as demandas dessa classe nacional aliada, desenvolver essa assimilação dos interesses das classes subalternas.

O desenvolvimento capitalista traria, como premissa, mais desequilíbrio e fragmentação do que homogeneidade. Para o revolucionário russo, a questão nacional seria resolvida no plano político partindo-se do direito da autodeterminação, da conquista da unidade nacional e autonomia política,

portanto, da decisão de incorporar-se ou não a um Estado. Assim, não poderia existir uma nação sem luta de classes, tampouco o conceito de formação social e econômica, anteriormente desenvolvido no presente trabalho, pode ser confundido com o sentido de nação. Contudo, não se trata de ter como ponto de partida a análise local, nacional, regional e perder a *mediação* para se analisar o todo.

O encontro de Marx e a América Latina

Ao pensar o encontro entre Marx e a América, problematizamos que Marx, juntamente com Engels, formularam hipóteses e assertivas sobre as relações sociais que ocorrem fora da Europa Ocidental. Não existe capitalismo sem escravidão e sem colonialismo.

Como bem evidenciado por Giovanni Semeraro, há, na tradição clássica do marxismo encabeçada pelo próprio Marx, todo um debate e denúncia sobre a situação dos países subjugados ao capital (Semeraro, 2012). A herança do pensamento gramsciano perscruta, para além das ideias de Marx sobre a situação de países colonizados, as convicções de Lênin sobre a necessidade de se “condenar abertamente” o colonialismo, ao passo que também estimulava e apoiava as “lutas nacionais de libertação e independência” (Ibid.: 60). Ainda de acordo com Semeraro

Ao aprofundar a visão de Marx e Lenin, Gramsci subverte a concepção tradicional de política e de filosofia, colocando-as em íntima e inseparável relação com as lutas dos “subalternos” e a fermentação nas periferias, estabelecendo uma profunda simbiose entre o “saber” intelectual e o “sentir” popular, entre a elaboração teórica e a prática dos “simples”. (Semeraro, 2012: 60)

No subcontinente, no debate marxista da primeira metade do século XX, Mariátegui, como grande expoente militante-teórico do socialismo e referência primeira para a compreensão dos processos históricos e políticos do nosso subcontinente, nos apresenta em suas obras o papel a ser desenvolvido pelos povos autóctones em busca da autonomia, levando em consideração as especificidades latino-americanas utilizando-se de um aparato teórico

revolucionário, sendo o precursor desse “encontro”. É importante lembrar também que o peruano rechaçava o transplante dos modelos de desenvolvimento sócio econômico da Europa para a América Latina.

Como argumenta Jean Tible, refletir sobre Marx e América Latina – e ainda a América Indígena – é postular o Marx pensador das lutas concretas e conceituais; não procedendo dessa forma, seria inviável qualquer diálogo proposto entre o filósofo alemão e nossa realidade contemporânea, de uma região em luta (Tible, 2012).

Não é secundário ressaltar que, justamente na década de 1990 o marxismo vivia um momento dicotômico importante e que pode indicar sintomas para a posterior divisão entre pensadores, estratégias e identificação teórica entre o grupo de intelectuais latino-americanos quanto ao marxismo. Por um lado se verificava à época o que muitos autores identificam como “fim do socialismo real”, com a enfraquecimento dos partidos comunistas existentes no mundo, as reestruturações no campo da economia e a abertura política e consequente agravamento da crise das repúblicas da União Soviética alavancada pelo governo russo de Mikhail Gorbachev, culminando na caída do muro de Berlim; por outro, em alguns países, incluindo decisivamente alguns países da América Latina, havia a redescoberta das teorias críticas e também do diálogo aberto da teoria marxista com os movimentos sociais. Essa renovação crítica do marxismo tratava de mobilizar conceitos que se relacionassem de forma mais direta com as situações concretas de cada país no marco geral do capitalismo. O universo acadêmico, como reflexo do movimento real da sociedade, apresenta essa dicotomia.

Neste momento, se por um lado, o colapso do “socialismo realmente existente” faz crescer um leque de teorias que apontam para o fim da centralidade da categoria trabalho, o fim da própria classe trabalhadora como sujeito político de transformação e, não menos importante, a negação da política⁶, por outro lado, vemos crescer uma série de lutas heterogêneas, em grande parte impulsionada pela defesa dos recursos naturais e que

⁶ O pós- modernismo e as teorias de fim da história encontram, nesse ensejo, terreno fértil de multiplicação.

expressavam forças políticas se colocavam como alternativas ao neoliberalismo, com evidências de protagonismo de movimentos sociais, destacadamente na América Latina.

Logo, antes mesmo da última crise capitalista na forma neoliberal em 2008, a história política do subcontinente demonstra uma série de cisões em termos de política e economia, inaugurando um novo contexto político internacional de questionamento ao neoliberalismo, fortalecendo os denominados movimentos sociais na região, grandes protagonistas em algumas dessas mudanças presidenciais, sendo emblemáticos os movimentos indigenistas, ecologistas, e também com pautas mais diversas como o feminismo e o próprio movimento de desempregados que eclode na Argentina, tendo como grande demanda comum a defesa da democracia e dos recursos naturais, bem como a busca por uma unidade política latino-americana.

São mudanças políticas que se apresentam e que exigem – ao mesmo tempo em que estimulam – novas reflexões teóricas tornando a América Latina um grande laboratório a céu aberto em termos de resistências no mundo. Como resultado desse momento de transformação, abriu-se espaço para se postular a necessidade de renovação crítica das Ciências Sociais na América Latina. As leituras e formulações teóricas dos autores que reivindicam uma guinada epistemológica e descolonizadora.

Essa luta que reaviva temas como identidade, da multiculturalidade, ao mesmo tempo aproximando a história integral, a formação dos Estados Nação e o questionamento da herança colonial dentro dos atuais padrões de colonialidade do poder e do saber, ganha força no contexto asiático, latino-americano e se coloca como uma a demanda existente em outros países meridionais: a necessidade de ampliar a dimensão do binômio entre burgueses e proletários e controverter a existência de um “sujeito classista unitário” com as características fabris pensadas por Marx e Engels.

Neste sentido, Antonio Gramsci destaca-se pela sua criatividade no trato do marxismo, aprofundando temáticas relacionadas com aspectos superestruturais da dominação capitalista, respondendo questões quanto à estratégia de transição ao socialismo, considerando a vontade nacional-popular e as diferentes formações econômico-sociais. O autor dos Cadernos do cárcere

abriu um leque de possibilidades para se pensar em distintas estruturas sociais em sociedades que experimentam um desenvolvimento desigual. Rejeitando as interpretações mecanicistas e economicistas do marxismo mais vulgarmente expandido à época, tanto nas suas variantes social-democrata como estalinista, parte não só da retomada dos temas clássicos, mas incorporava decisivamente aspectos da cultura desde uma perspectiva geral – cabendo lembrar ainda a atenção do marxismo ocidental, corrente em que está inserido, com as lutas anticoloniais na Europa. Sem embargo, não se trata de afirmar que o revolucionário italiano é apenas um teórico da superestrutura ou mesmo um marxista idealista. Suas inquietações partiam do estudo da sociedade italiana – mas não exclusivamente – tratando de temas universais, ao passo em que apresentava e cunhava conceitos para a teoria política geral tendo como norte o socialismo em perspectiva internacionalista.

Num momento em que na Itália as ideias do revolucionário sardo estavam adormecidas, um projeto de um grupo de historiadores indianos faz o caminho contrário e retoma, nas décadas de 1970 e 1980, os estudos subalternos gramscianos com os *Subaltern Studies*. Liderados por Ranajit Guha, utilizam o termo subalterno baseados na necessidade da reconstrução da história integral, como forma de firmar um posicionamento teórico e político contrário às interpretações elitistas do contexto indiano, de caráter colonialista e/ou nacionalista. São debates que ganham espaço para além do contexto anglo-saxão, refletindo-se também na América Latina, chegando até a fundação do hoje extinto grupo de Estudos Subalternos Latino-Americanos, uma forma de incorporar na academia o argumento da colonialidade no subcontinente, a partir da herança dos estudos subalternos. Trazem à baila a ideia de colonialismo referindo-se à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo. Nos últimos anos, o grupo foi substituído pelo movimento *giro decolonial*, mais abrangente e heterogêneo, atingindo notoriedade a partir da década de 1990, tendo como marco o lançamento da obra *Colonialidad y modernidad-razionalidad*, do sociólogo peruano Aníbal Quijano, uma obra que assume um compromisso ideológico com os subalternos (AGUIAR, 2017).

Tanto o grupo subalternista indiano quanto o latino-americano não acompanharam as principais linhas interpretativas e os critérios metodológicos elucidados por Gramsci sobre a complexa relação hegemônica utilizada pelas classes dominantes para a reprodução reiterada da subalternidade, tampouco as possibilidades de transformação dessa condição, de organização como classe por meio da ação política efetiva, até porque não compreendem os subalternos como parte uma classe necessariamente unida pela exploração e opressão ditadas pela lógica do capital.

A chave analítica da colonialidade e imperialismo se encontram no legado e formulações posteriores de marxistas como os já citados Lênin, Gramsci, e latino-americanos como José Carlos Mariátegui e Ruy Mauro Marini que tanto se debruçaram sob o tema das relações de dependência internacional e que muito podem inspirar a luta teórica e política decoloniais. Contudo, parte expressiva dos autores decoloniais contemporâneos rompem com o marxismo, caracterizando-o como mais uma narrativa da modernidade ocidental, ainda que crítica, excetuando-se os autores decoloniais clássicos, o peruano Aníbal Quijano – falecido no presente ano de 2018 – e o argentino Enrique Dussel.

Como grande precursor do encontro entre Marx e a América Latina, o marxista peruano José Carlos Mariátegui, na primeira metade do século XX apresenta em suas obras o papel a ser desenvolvido pelos povos indígenas em busca de autonomia, levando em conta as especificidades latino-americanas utilizando um aparato teórico revolucionário. Sua principal obra Sete Ensaios de Interpretação da realidade Peruana, primeira análise de uma formação econômico-social do subcontinente, após 90 anos de publicação se mostra atual também por aproximar a concepção tradicional da política marxista dos subalternos, buscando uma associação entre o conhecimento intelectual e a vontade coletiva.

Mariátegui expõe que a visão dominante de mundo se impôs entre os processos civilizatórios diversos não só através da presença cultural, mas também através exploração dos povos nas relações de produção. Adianta, ainda, que:

O advento da República não transforma substancialmente a economia do país. Produz-se uma simples mudança de classes:

o governo dos latifundiários, *encomenderos* e profissionais crioulos sucede o governo cortesão da nobreza espanhola. A aristocracia mestiça empolga o poder, sem nenhuma concepção econômica, sem nenhuma visão política. Para os quatro milhões de índios, o movimento de emancipação em relação à metrópole passa despercebido. Seu estado de servidão persiste desde a conquista até nossos dias (...) A nova classe governante, ávida e sedenta de riquezas, dedica-se a ampliar seus latifúndios à custa das terras pertencentes à comunidade indígena, até chegar a fazê-las desaparecer em alguns departamentos. (MARIÁTEGUI, 2011, p. 142)

Sem deixar de lado a análise de classe, tampouco as particularidades do subcontinente e das formas de organização social, política e econômica dos povos autóctones, Mariátegui esmiúça em suas obras como verdadeiramente se deu a subordinação indígena à colonização europeia. Clarifica a questão cultural, a relação intrínseca do índio com a terra e a natureza, mas não subordina a diferenciação de “raças” em relação à necessidade apontada por ele de construir uma organização econômica coletiva, que viria a transformar-se numa “hegemonia da classe proletária”, em termos marxistas em meio ao desenvolvimento da colonização como necessidade de expansão do capitalismo (Ibid., p. 144).

Aníbal Quijano e Enrique Dussel, por sua vez, são pioneiros quando se trata de renovação das ciências sociais e teorizações a partir de uma perspectiva crítica sobre a América Latina. Quando se fala em produção teórica alternativa à hegemonia vigente na academia na década de 1960, o filósofo Enrique Dussel ([1975] 1977) explana que os argumentos que formaram o terreno que possibilitou a ascensão do “giro descolonizador” emergiram num difícil espaço de inserção, principalmente porque em muitos países do subcontinente vivenciavam-se ditaduras militares. Na Argentina, por exemplo, seu país de origem, surgiu um grupo que posteriormente se generaliza chamado “Filosofia da Libertação”. Dussel, como muitos outros investigadores, foi exilado para o México, onde desenvolveu sua primeira obra teórica, *Filosofia de la liberación en la América Latina*, de 1975, onde propunha uma mudança no ponto de partida do estudo, tendo como base o oprimido, indo de encontro às tendências modernas da época.

Tratava-se de uma tarefa interdisciplinar empreender um giro descolonizador no saber e na teoria latino-americana. Essa guinada epistemológica modificaria a forma de se produzir saberes partindo do sistema do método, utilizando-se da dialética e totalidade para as formulações dessa corrente clássica decolonial.

Aníbal Quijano, por sua vez, executa uma importante missão teórica ao destacar em seus escritos a função que a América Latina desempenhou no desenvolvimento do capitalismo, indicando que antes da colonização do subcontinente não se usava a definição “raça”, as diferenças de classe estariam delimitadas economicamente e também por meio de outras subjetividades. Aponta-nos que o conceito de *colonialidade do poder* exprime essa nova forma de legitimação das relações de dominação, como divisão racial do trabalho e a difusão de um aparato educacional uno, europeizado, que legitimariam nossa dependência financeira e intelectual (QUIJANO, 2005). Isto significou a validação das antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade numa perspectiva moderna, ainda segundo o autor.

É na explicação e superação desse colonialismo que pautamos os debates com os autores aqui enunciados, com reflexos na cultura e na política. No encontro do marxismo com as lutas emancipatórias e subalternas contemporâneas.

Conclusões: mediações e “regionalização” do marxismo

A forma mais potente de ativar o Marx hoje é pensar sobre nossos problemas. A lógica de acumulação e reprodução do capitalismo analisada criticamente pela teoria marxista revolucionária enquanto sistema socioeconômico, político e ideológico, delega relevância não só ao capital como relação social historicamente específica, mas também à sua articulação com as relações de poder que resultaram, por exemplo, na “expansão territorial, por ocupação física (colonialismo clássico), dominação político-econômica indireta (imperialismo e neocolonialismo) ou dominação ideológica-cultural (pós-colonialismo)” (Amadeo e Rojas, 2010: 33). Contudo, há como norte, desde o

marxismo, a superação desses elementos de dominação e a possibilidade de emancipação humana.

As mais criativas abordagens marxistas são aquelas que desenvolvem reflexões justamente a partir de suas realidades concretas, dando relevo também à conquista de consciência do próprio papel histórico, utilizando a educação das massas como ferramenta de um projeto político que culminaria na construção do partido revolucionário sob a hegemonia proletária.

Entre o legado de Marx, 200 anos depois, destacam-se também autores que expressam a ala revolucionária do marxismo frente às variantes reformistas e temos como notáveis exemplos as obras e trajetória política de Lênin, Gramsci e Mariátegui. Foram autores que pensaram um tipo de *nacionalização ou regionalização do marxismo*, a partir do estudo do desenvolvimento desigual experimentado em seus países de origem, sem perder o horizonte de totalidade do marxismo – que o faz permanecer pertinente – e que nos possibilita entender como avança a desigualdade desde a constituição do capitalismo até os dias atuais (SANTAELLA GONÇALVEZ, 2015).

É certo que a América Latina cumpriu e cumpre um papel chave na consolidação do capitalismo na forma imperialista, e que a partir do processo de colonização, um capitalismo *sui generis* se instala no subcontinente partindo da utilização de subjetividades como a racialização da sociedade para impor, além da exploração no trabalho, a opressão social. Toda organização territorial, organização política e cultural começa na colônia como produto de negócios estrangeiros, maximizando as transferências de recursos para a Europa. Refletir sobre essa forma de organização é refletir fundamentalmente sobre como resolver os problemas históricos da formação econômico-social do subcontinente, um debate atrelado à discussão sobre a revolução latino-americana, discussão que não penetra de maneira decisiva nos espaços de formação, como as universidades, tampouco no debate público.

Duzentos anos depois, não se trata de repeti-lo, mas, refletir como Marx e pensarmos concretamente uma revolução para o século XXI, utilizando o marxismo como ferramenta para uma luta teórica e de classes, destacando, assim, sua atualidade e concretude para enfrentar o capitalismo de nosso tempo, onde vivemos um período de descrédito no próprio sistema capitalista

como proporcionador de uma igualdade democrática e igualdade mínima de direitos.

Referências

AMADEO, J. ROJAS, G. Marxismo, pós-colonialidade e teoria do sistema mundo. *Revista Lutas Sociais*. São Paulo: NEILS. N° 25-26 (p. 29-43). 2010.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 29, 2007, p. 63-78.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertación na América Latina*. São Paulo: Loyola/UNIMEP, 1977. Disponível em: http://enriquedussel.com/DVD%20Obras%20Enrique%20Dussel/Textos/15-4/filosofia_da_libertacao.pdf. Acesso em: 12 de jul. de 2017.

GRAMSCI, A. Alguns temas da questão meridional. In: GRAMSCI, A. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. (Os economistas) São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. *O capital*. Crítica da Economia Política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Livro I, vol. 1, 21ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas de Karl Marx*. (Introdução de Eric Hobsbawm, p. 11-64) São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *As Lutas de Classe na Rússia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

REIS, Cláudio. “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana” e “A questão meridional”: aproximações, teoria política e alteridade. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. Universidade Estadual do Paraná, Londrina, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_claudio_GX.pdf. Acesso em: 09 out. de 2017.

MACHADO, Ricardo. “Marxismo só tem sentido como um pensamento aberto”. Entrevista com Michael Löwy. *Revista IHU On-Line*. 30 de Julho de 2018. Edição 525. p. 33 a 35. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao525.pdf>. Acesso em: 10 de ago. de 2018.

MARIÁTEGUI, J. Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

SANTAELLA GONÇALVES, R. *O desafio teórico-político da “Nacionalização do Marxismo” na América Latina: chave analítica e necessidade histórica*. V Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. UNICAMP, 2015. Disponível em: <http://conferencias.fflch.usp.br/sdpsc/Vsem/paper/view/339/176>. Acesso em: 16 de mai. de 2017.

SEMERARO, Giovanni. Subalternos e periferias: uma leitura a partir de Gramsci. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, local, v. 4, n. 1, p. 58-69, jun. 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/download/9404/6842>. Acesso em: 26 mar. 2018.

TIBLE, Jean f. G. *Marx e américa indígena: Diálogo a partir dos conceitos de abolição e recusa do estado*. 221p. Tese (doutorado). Universidade Estadual de São Paulo. IFCH – Departamento de Sociologia. Campinas, 2012.

_____. Marx e os outros. *Lua Nova*, São Paulo, 199-228, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a08.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2017.